

EDITORIAL

CONTRA UNHAS E DENTES

Diversos cenários – no Brasil como na América Latina – vão mostrando situações sociais e políticas familiares. Durante anos, décadas. Chefes de governos rolaram na Argentina (desde dezembro de 2001 vão s'imbora todos), no Peru (com Fujii Fujimori, já nos anos 90), no Equador (agora em abril de 2005), no Haiti, por décadas; desde outubro de 2003 até este junho de 2005 na Bolívia. Entre nós, lembra-se já de situação para oposição brasileiras: *Lulla* não é *Collor*. Tudo passa, a instabilidade fica. E se complica, dentro e fora. O Estado brasileiro em crise de corrupções entreolha o Estado boliviano e teme a sua falência, alia-se (*muy* amigo) ao governo de Chávez, mas precavendo-se da marcação norte-americana contra a Venezuela. Estados de (ou em situação de) emergência avaliam-se como mais ou menos reféns (da dívida, dos pactos que a sucedem, das disputas de mercado). De modo que já predominam regionalmente os Estados de exceção. Interinos: longe do estado (que seria) normal.

Por umas e outras, desse contexto é que se avolumam e condensam (ou refluem, de ontem para amanhã) as mobilizações sociais de feições mais populares. Põem-se, ou são postados, nas ruas, nas terras, em usinas e em prédios públicos esquadrões de caras pintadas e de estudantes pela meia passagem, funcionários demitidos e rebaixados, sem terra, afro-descendentes, indígenas. Sentimos aqui que esta incansável parteira de *lições históricas* que é a Afro-Améríndia não esquece tarefas em torno a fazer “sua revolução”, “tomar”, “construir e reconstruir” poderes. Lula, é dito e repetido, tomou o poder de governo (na quarta tentativa) e foi tomado por ele. O PT dos trinta anos de luta está sendo re-construído, na sua maioria, pelos mesmos poderes antes inimigos e adversários. Bom negociante o presidente na antiga luta sindical, hoje negociado em moldes amplos: além de Pernambuco e São Paulo, até nas negociatas da China.

Os **Cadernos do CEAS** propõem que se faça permanente discernimento (crítica e autocrítica) sobre, dentro e a partir desses cenários e atores populares da mobilização mutável. Que a massa mobilizada, *de a pé*, tenha vez e voz. *Seu caboclo* nordestino, 76 anos, criando a “terceira família” (netos e bisnetos) nu assentamento de sem terra cercado de cana doutrinou em matéria das “políticas”:

– O senhor é que sabe, a gente mal assina o nome *mode* os papéis do INCRA. Então, agora chegou a hora dessa palestra, a política...

– A campanha eleitoral, o senhor diz, para escolher o governador...

– É isso, o tempo da política e dos políticos chegar aqui, até a gente. Nem seio nem leio. Só guardei uma palavra antiiga. Foi do meu avô falando pro meu pai – eles chegam mansiiinho; do lado do administrador, viu? do *capataiz* – tinha *capataiz*, o senhor sabe. Tempo de mudar a política (num cochicho, pra nem as paredes ouvirem), tempo de *mudança de dentadura*...

– Dentaduras... – pra?...

– É, tudo dentaduras da *mesma fera*: ela entrou no cerco, bota uma dentadura mais forte, de aço; ela ficou agitada demais, dentadura de madeira, de lei, *milhó* lei, *pió* lei, espia só, tocar gente é uma parada, *mais ruim* que tocar gado, não tem de toda condição? – e lá vem toda ruma de dentadura – de todo jeito, chapa de aço, de marfim revestindo o ferro, tem dentes montados nesses plásticos...

– Acrílicos...

– É. E toda essa trabalhadeira de forja? E o ajuste? Chamam então o povo, a gente, pra par-ti-ci-pá. Pra manter o ferro em fogo e o fole a sopro. (Na orelha do assessor) Pra eles morder – é sim, até sorrindo.

– Tem aí mais perto, essa onda do MST...

– Tem. Na boca sempre mais quente... Eeeeu?

Nooóis?

A primeira lição vem das várias experiências populares de mobilização. Não foi dito que o educador tem que ser educado? Esclareçamo-nos sobre poderes populares de hoje. Desmontemo-lhes possíveis quebra-cabeças: tem restos do passado a serem resgatados do campo da memória para colagem junto aos destroços atuais. É uma primeira lição do professor caboclo, quechua, aimara. palenqueira, quilombola etc. A experiência indígena boliviana jorra-nos da secular luta andina no momento mesmo em que diagnosticamos dentaduras. A feroz oligarquia da Bolívia (em galas, esmaltes e caras neoliberais) quis botar no Palácio (abandonado pelo antigo vice, Mesa) o novo vice, Vaca Díez, presidente do Senado, que ameaçara os bloqueios de rodovias com tanques: aço.

– Aço? Deus nos livre.

É tal padrão dentário que preside guerras civis!: Colômbia, Haiti, bem aí, nos nossos Iraques... Dentadura imperial armada em reajustes vários, latinos, DNA ocidental.

Desse jeito, um padrão mais moderado surge do consenso entrevisto e da prece ao deus invocado. Que se faz carne compassiva – alguém a batizaria de gengiva. De fato, na tarde em que o movimento bolivariano acabara de expulsar Mesa do palácio, este foi às Sedes mediadoras, primeiro do cardeal e logo do presidente da Suprema Corte de Justiça, que em 24 horas virou o novo interino – a manter (veremos em que tom) a linha sucessória de eleições (claro, antecipadas). A repetir velhas promessas – com salivas mais limpas – com dinheiro melhor lavado (de hidrocarburetos). Haja tapete para escarros, detritos de necrotério, heranças e alianças logo malditas.

Propomos que se examine, entre outras, a dialética do atual governo brasileiro: tão ruim na condução decidida das internas políticas sociais (continuismo de

equipe, arco de alianças, assistencialismo) como incisivo na projeção internacional... A interrogação vem pela co-ingerência no Haiti e na Bolívia (abuso político de 60% do gás vizinho), de um novo auto-candidatado mais à ONU do que ao empenho pelo Mercosul (nem amenizador de derrotas esportivas frente à Argentina).

Os indícios são indicadores de estados em transição, em relações recíprocas paradoxais – maxilar superior e inferior, externo e interno, desajustados. A arcada externa submete a interna: pela gravitação regional (natural, FHC intercala) em torno ao poder imperial do mercado – a dentadura tem essa força “estruturante”. Chega a este editorial o “espetáculo” Globeleza do palanque eleitoral armado sobre a prolifera corrupção interna. Não é moralista um discernimento que ignore aquele poder maior agindo na quadrilha do crime gestado no Congresso? Limpas as mãos!, gritam. Re-legitimar-se, recomenda-se. Ora, não é *o mercadão* que contradiz, eficiente, as mais elementares funções re-publicanas?

Daí vem que se apele para alternativas, sim, mas... “realistas”. Sobretudo as da mobilização popular – onde a “formação de quadrilha” impera e criminaliza: “terroristas” na espiral toda, dos cocaleiros aos comunistas. E nessa espiral entram por toda parte, judicialmente, sem terra, sem teto, sem meios de vida. Polícia Federal a postos! No Pará, na Amazônia (novo botim aos leões), como nas metrópoles, onde a guerra civil corre solta, sem declaração, nas brechas de campeãs desigualdades. Deste ângulo e em perspectiva, entrevemos que as mudanças sociais e políticas nos espaços externos começam a se alimentar na *raiz* (radicais – é a etiqueta) de insurreições, mobilizações e simples exigências populares – internas, locais e regionais. Disputam estas, com resistência e teimosia, *espaços e meios de vida*. E no meio desses embates discernimos os jeitos de produção e reprodução ampliada de poderes, dos sociais aos políticos, dos locais e regionais aos globais. Neste sentido, a “crise” – que alguns imaginam onda-tsunami é muito mais *nova ordem* que *caos*. Testemos bater nos caninos em des-re-implantação frente às bocas tão famintas como banguelas – que tanto dão pra sorrir como pra gritar e chorar, de dor, medo e alegria.

Tarefas difíceis exigindo a tal par-ti-ci-pa-ção, os movimentos sociais que o CEAS acompanha, prático-teoricamente, foram convocados neste 2005 a tal mutirão. Movimentos, grupos, entidades são pequena mostra baiana da particular base social tida por *povo lascado*. Eles tiveram essa chance na Mobilização do Abril Vermelho dos sem terra que, na Bahia, convocou povo sem emprego e sem teto, quilombolas, pescadores(as)... Alguns achados. Apareceu claramente que tais setores lutam cada um “*pelo que é seu*” e todos “*com atenção ao geral*”. Esse geral fervente no belo cenário do Centro de Salvador: “poderes banguela” (com licença) nada têm a perder e muito a ganhar – até no risco de ser jogado às feras. Força que parte do instinto básico do sobreviver: comer, morar, ter emprego ou biscate (ganha-pão, terra e ferramenta), dignidade e sossego. E... ? Certa novidade.

Acontece que tais meios de vida elementar, de sopetão, sumiram. Olha pra cá e pra lá, de sopetão (última década), a onça deixou ver unhas e dentes. Nessa

dupla roubalheira “econômica” sob cães de guarda “política”. O Brasil, ao prescindir tão fácil do FMI, não se implanta dentadura padrão novo? Com direito à cópia da chave do cofre? Os sopetões boliviano, mexicano, brasileiro (amazônico e baiano) têm suas datas e nomes regionais e locais. E vice-versa. A Bahia e outros estados dificilmente esconderão unhas de Petrobrás e Telefônica, Soja-cacau-brás, novos coronelatos de Celulose-Turismobrás. De Olho, povo, bichos e ecologia: os recursos que são meio de vida para as majorias são, na mesma hora e com crescente urgência (gás de cozinha mais que gasodutos), recursos de acumulação e lucro.

Do cada um “pelo que é seu” aos movimentos r-urbanos pelo “geral” temos o salto atrás (preventivo) das beiras de guerra civil para as guerras cívicas, étnicas. Re-republicanas (pela coisa – pública). Nesse contexto se politizaram centenas de movimentos – do zapatismo ao MST, do campesinato colombiano às “missões” (ações de saúde cristãs-marxistas) venezuelanas e ao Movimento Ao Socialismo (MAS) boliviano... Jogo do time banguela em trânsito invadindo as pequenas e grandes áreas, além do meio campo dos Estados – governos em transição intransitiva. Ocupar usinas elétricas, INCRA, Conder (a empresa de desenvolvimento urbano estadual), palácios de governo e prefeitura apareceram, em Salvador e alhures, como gestos re-republicanos. Os movimentos sociais virando – entre conjunturas re-estruturantes – novos movimentos políticos.

Noóis...

Enxerguemo-nos. Na Bahia e em Brasília dos meses vermelhos pode dar-se que, como na Bolívia e na Argentina, os movimentos sociais conseguem uma mobilização significativa, criam alvoroço mas não sustentam o movimento uma vez passada a febre: até que ponto, e não, os zapatistas avançaram? Ou nada ficou mesmo dessas ações de massa? Não houve ganho algum? A questão vem sendo posta por diversos grupos de práticas, assessorias e reflexão, que convidam sempre mais os públicos em movimento nos vários espaços e degraus a perseguir respostas.

Frente à nova campanha eleitoral que disfarçadamente assoma às TVs e outros currais, não é que o povo das Marchas faça sua maior aposta num outro pt, pstu, psol, pseilaoquê. Segue, sim, pé na estrada – até sem um seu “representante” que encha o bolso de democracia.

Outra. Centenas de militantes têm na mão, escritos, os mais de cinquenta “acordos”, conjuntos, da Mobilização baiana. É claro que isso foi uma conquista inicial. É duvidoso que fosse vitória. Talvez “cobranças”. Foi diferente em Brasília? No Pará, da guerra cívica pela vida do povo e da mata?

O INCRA ainda é um dos órgãos que vêm gastando saliva, dente e unha santos, oferecendo restos preciosos ao exame. Ocupado, pressionado, reintegrado, desgastado, em permanente recuperação (no *odont-oficinatório* de por vida?). Seu reforço institucional, técnico-político, enquanto aparelho institucional, aponta na direção da luta popular de base dos sem

terra? Ou, ao contrário, reforça o atrelamento do movimento dos sem terra ao Estado?

Em todo caso, a cada volta da espiral retornam as perguntas finais e de recomeço: *“E agora José? E agora Maria?”*. É a consulta popular ligada e antenada mesmo. Que vai tendo cá e lá conselhos e assembleias, órgãos de informação e mobilizações, específicas e gerais. A partir de 2003, *El Alto*, bairro da periferia de La Paz, além de outras regiões da Bolívia, tiveram Assembleias Populares semestral e até bimensalmente (algumas com cerca de duzentas mil pessoas), na sua tradição de “cabildos”, em pé de guerra cívica. Num dos mais recentes “cabildos aimara”, no dia 10 de junho, esse povo indígena votou (*outras urnas são possíveis*) contra a “trégua” de seis meses pedida pelo presidente interino. E contra a de oitenta dias concedida pelo Movimento de Evo Morales: *“Se não sair a nacionalização do gás daqui a dez dias bloquearemos de novo as rodovias”*.

CADERNOS DO CEAS